



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A
CNPJ 10.769.660/0001-95
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde
Cep: 57035-330 – Maceió/AL 82 3315.3468

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS SÃO COMPOSTAS DA SEGUINTE FORMA:

a) Outras despesas tributárias

Despesas Tributárias	2º Sem 2024	31/12/2024	31/12/2023
	COFINS	211	432
PIS/PASEP	34	70	60
Atualização Monetária de Impostos	24	26	16
Outras Despesas Tributárias	4	7	8
Total	273	535	451

18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2024, as outras receitas e despesas operacionais estavam representadas da seguinte forma:

Outras Receitas Operacionais e não Operacionais	2º Sem 2024	31/12/2024	31/12/2023
	Outras Receitas Operacionais e não Operacionais	1.282	1.990
Prestação de Serviço	62	81	56
Outras Receitas Operacionais	1.220	1.909	4.425
Outras Despesas Operacionais	1	175	-
Descontos Concedidos	-	175	-
Contingência Cível	715	715	-
Total	566	1.100	4.481

19. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS

Receitas Não Operacionais	2º Sem 2024	31/12/2024	31/12/2023
	Lucro na Alienação de Ativos	-	-
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	3	13	820
Subvenção P/Imobilizado	-	-	-
Reversão Contingência Cível	44	44	-
Outras Reversões	63	63	-
Atualização IRRF 5/Rendimento de Aplicação Financeira	-	-	74
Atualização IRPJ e CSLL pagos indevidamente	13	40	47
Atualização PIS e COFINS	6	12	12
Total	128	171	953

20. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Agência de Fomento de Alagoas S/A definiu sua política de Gerenciamento de Capital com o objetivo de monitorar e controlar o seu capital, mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Agência.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2024, as ações de gerenciamento de riscos estiveram voltadas, principalmente, para a atualização/elaboração dos procedimentos internos da Agência. Além disso, as políticas de riscos foram desmembradas e atualmente cada risco tem sua política de forma separada. Estas já foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Agência.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A, segue adotando medidas visando o atendimento aos normativos editados pelo BACEN (CMN), e que são aderentes à Agência, com melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Agência manteve como principais transações com o Estado os repasses e subvenções, conforme nota 19, para manutenção e investimentos na operação da agência, bem como os registros efetuados decorrentes da Lei Estadual 8.467 de 14 de julho de 2021, referentes às operações PRO RENDA, de acordo com a nota 6 e nota 9.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguro

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.

b) Empréstimos ou Adiantamentos

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Agência de Fomento de Alagoas S/A empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Durante janeiro de 2025 a Agência encerrou seu contrato vigente até 10 de janeiro de 2025 junto ao Ministério do Turismo, conforme contrato administrativo 009/2019, desta forma devolvendo o saldo disponível para contratação após as devidas tratativas junto as operações em andamento. Deste modo, houve a devolução do montante de R\$ 6.206 mil na data de 13 de janeiro de 2025.

Diretoria Executiva em 14 de março de 2025

Michael Pereira de Barros
Diretor de Operações

Antônio Tenório Cavalcante Neto
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Brasil Barreto
Diretor Presidente

Caroline Albuquerque Toledo
Diretor de Desenvolvimento e Projetos

Marcio Teodoro de Lima Santos
Contador – CRC AL-005297/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A – DESENVOLVE
Maceió/AL

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE (“Agência”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme Nota Explicativa nº 5, a Agência apresenta registrado no seu ativo a título de “Operações de Crédito” o montante de R\$ 18.726 mil. Deste total, cerca de R\$ 6.746 mil é referente a operações liberadas da linha “pró-renda MEI” do qual até a emissão deste relatório, não nos foram apresentados os instrumentos formais de promessa de pagamento em dinheiro, decorrente das operações de créditos – “Cédula de Crédito Bancário (CCB)”. Não sendo possível avaliar as condições pactuadas sobre atualização e amortização futura do capital. Como consequência, não temos como opinar, assim como não opinamos sobre os efeitos da recuperabilidade do ativo no montante de R\$ 6.746 mil, bem como os seus possíveis efeitos no resultado da agência em decorrência da avaliação de risco de crédito.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASE

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às demonstrações financeiras, que indica que a Agência incorreu prejuízo de R\$ 7.444 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e apresenta prejuízo acumulado de R\$ 35.335 mil. Conforme apresentado na Nota 2.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Agência, necessitando de planejamento econômico e financeiro, repasse de valores e/ou aporte de recursos originados do seu acionista majoritário o Governo do Estado de Alagoas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 17 de março de 2025.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/0-8 S° AL

José Diego Braz da Silva
Contador
CRC/RN 10575/0-9 S° AL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Parte Integrante da Ata)

Ata 3ª Reunião Ordinária 2024

Conselho Fiscal
Agência de Fomento de Alagoas S.A.
Parecer das Demonstrações Financeiras do exercício 2024.

SENHORES ACIONISTAS:

Os membros do Conselho Fiscal da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A** no uso de suas atribuições conforme inciso III do Art. 163º e § 2º do Art. 166º da lei nº 6.404/1976, procederam ao exame dos resultados das Demonstrações Financeiras do Ano de 2024, apresentados pela contabilidade da Desenvolve-AL, bem como, tomaram conhecimento do Relatório de Gestão, à vista do Parecer dos Auditores Independentes. As Conselheiras aprovaram as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2024 com ressalvas, conforme considerações:

Aprovação de contas mediante a ratificação das ressalvas apresentadas pela auditoria independente, conforme situações já mencionadas pela própria firma de auditoria em seu relatório, e que este conselho entendeu pertinentes. Neste sentido, com base nos documentos apresentados anteriormente, não se pode deixar de levar em consideração, para fins de emissão do parecer do Conselho Fiscal, as situações apontadas pela Firma de Auditoria Independente, e que este corpo deliberativo RESSALVA A saber:

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, verificou-se que as demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Corroboramos com a opinião dos auditores independentes, que opinaram favoravelmente à aprovação das contas, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”. As demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da agência em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

De acordo com a Nota Explicativa nº 5, a Agência apresenta registrado no seu ativo a título de “Operações de Crédito” o montante de R\$ 18.726 mil. Deste total, cerca de R\$ 6.746 mil é referente a operações liberadas da linha “pró-renda MEI”, conforme Relatório dos Auditores Independentes de 17 de março de 2025, do qual até a emissão deste relatório, não nos foram apresentados os instrumentos formais de promessa de pagamento em dinheiro, decorrente das operações de créditos – “Cédula de Crédito Bancário (CCB)”. Não sendo possível avaliar as condições pactuadas sobre atualização e amortização futura do capital. Como consequência, não temos como opinar, assim como não opinamos sobre os efeitos da recuperabilidade do ativo no montante de R\$ 6.746 mil, bem como os seus possíveis efeitos no resultado da agência em decorrência da avaliação de risco de crédito.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Agência possui em seu ativo circulante na conta de empréstimos valores a receber da linha “Pro Renda” perante o Governo do Estado de Alagoas, cujo montante representa R\$ 14.504 mil, conforme Nota

Explicativa nº 6 “b”, decorrente do previsto na Lei Estadual nº 8.467 de 14 de julho de 2021, que determina que o Governo deve arcar com o total dos juros das operações contratadas por clientes contribuintes do “SIMPLES”, e com os juros mais 50% do principal para clientes contribuintes Micro Empreendedores Individuais “MEI”, bem como por conta da negociação junto ao Tesouro Estadual.

Não obstante esta repactuação feita com o Governo do Estado através da Secretaria da Fazenda – através da qual se recuperou o valor de R\$ 6.983 mil –, não obtivemos evidências da continuidade do pagamento, uma vez que o fluxo de pagamento foi descontinuado, de forma que identificamos uma ausência do controle efetivo sobre os valores a receber e sua respectiva conciliação com a carteira de crédito.

Por fim, destacamos que o aumento da provisão de operações de crédito se deu pelo reconhecimento da perda de parte do montante das parcelas e os juros devidos da SEFAZ, referente à Lei Estadual 8.467 de 14 de julho de 2021.

OUTROS PONTOS DE DESTAQUE:

- Provisões e Passivos Contingentes: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução BACEN nº 3.823/09). Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento. Os passivos contingentes podem ser classificados em três categorias de risco de perda: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a assessoria jurídica da agência, houve reconhecimento do montante de R\$ 715 mil de contingência regulatória, conforme Nota Explicativa de nº 9 “C”.

Sabedores que uma das atribuições desse Conselho é justamente se posicionar quanto a situações de inadequação contábil, e em face da ausência de outros pontos controversos ou impeditivos detectados por este Conselho no âmbito dos documentos enviados, recomenda-se a aprovação das contas mediante a anotação das ressalvas supramencionadas.

Por fim, fica recomendada por unanimidade a convocação da Assembleia Geral Ordinária para a aprovação da Demonstrações Financeiras do exercício 2024 pelos acionistas.

Maceió, 20 de março de 2025.

José Vieira dos Santos
Conselheiro Titular

André Paes Cerqueira de França
Conselheiro Titular

Sérgio de Figueiredo Silveira
Conselheiro Titular



JORNAL
TRIBUNA
INDEPENDENTE
17 ANOS

UMA HISTÓRIA MOVIDA POR
CREDIBILIDADE NA INFORMAÇÃO.

UM PRODUTO

